



MINISTRA DO TST DIZ QUE A REFORMA TRABALHISTA É NEGATIVA PARA O TRABALHADOR BRASILEIRO

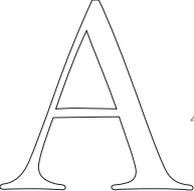
MINISTER OF THE SUPERIOR LABOR COURT SAYS WORKERS' REFORM IS NEGATIVE FOR BRAZILIAN WORKERS

POR CARLOS GOLEMBIEWSKI, EDUARDO GUERINI E MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA*



A Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Delaíde Alves Miranda Arantes, esteve na UNIVALI no mês de junho para participar do Seminário “As reformas, a terceirização e as mudanças no mundo do Trabalho” – promovido pelo Sindicato dos Professores de Itajaí e região. No evento, que teve o apoio do Curso de Direito, a ministra trouxe uma mensagem de enfrentamento às reformas que estão em curso no Brasil, nas áreas Trabalhista e Previdenciária. Na entrevista, concedida aos professores do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas, a ministra disse que nem o Governo e nem o Parlamento tem legitimidade para promover reformas que tiram Direitos Sociais dos trabalhadores. Ela falou da origem humilde, do empoderamento feminino, da reforma trabalhista e do preconceito que enfrenta até no TST por ser mulher.

*Professores do Mestrado em
Gestão de Políticas Públicas da
UNIVALI



Prof. Micheline - Eu queria dizer como mulher, como alguém que luta por nossos direitos que, quando eu fiquei sabendo da sua história, fiquei bastante comovida, emocionada, feliz, mas nós sabemos que somos exceção. Principalmente, as mulheres advindas das ditas classes populares, somos poucas que conseguimos... Chegar onde você chegou (*antes de se formar em Direito, a Ministra trabalhou como doméstica*). Eu também tenho uma história, a minha mãe também foi doméstica, então isso acaba correndo nas veias, é algo que...

Ministra: É muito bonito, né?

Prof. Micheline: É muito bonito, por isso a gente tem que conversar e discutir sobre isso. E eu tenho uma pergunta, não é bem uma pergunta, é uma reflexão que eu gostaria que a senhora fizesse sobre a gente: qual é a importância do empoderamento das mulheres QUE ESTÃO À FRENTE DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS COMO UM SINDICATO, e também na política brasileira. O quanto isso pode modificar o comportamento de uma cultura machista, tal qual nós vivemos?

Ministra: Na minha opinião, qualquer avanço na sociedade, seja no que se refere à cidadania, seja no campo profissional, educacional, em todos os âmbitos, passa pelo *empoderamento* da mulher, porque nós temos uma população que é mais ou menos meio a meio, com um número até maior de mulheres. E existe um preconceito grande! Eu, como ministra do Tribunal Superior do Trabalho, que já estou lá há seis anos, se você me perguntar “você sofre preconceito no TST?”, a resposta é sim. Só que nesse âmbito, não me peçam exemplos, porque é sutil.

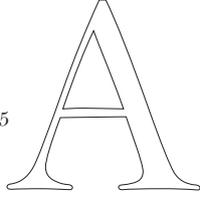
Prof. Micheline: É uma violência simbólica, né?

Ministra: É, é simbólica, é sutil, não dá para dizer assim: “foi aquele dia, naquela hora que aconteceu isso”. É subliminar. E esse preconceito, ele é contra a mulher e é contra a origem social também. No meu caso, somam as duas coisas.

Prof. Micheline: É um duplo preconceito, né?

Ministra: É, um duplo preconceito. Agora, não me serve de desestímulo! Pelo contrário, me estimula. Porque eu sempre digo que a minha preocupação hoje é com milhões de mulheres, porque nós temos no Brasil uma população trabalhadora de 100 milhões de pessoas. E dessas 100 milhões de pessoas, mais de 70% ganham até 2 salários mínimos. Então, a minha preocupação é com essa mulher. Nós temos pesquisa de mídia que indica que 80% da população se informa pela televisão, e desses, 71% pela TV Globo. Então, nós temos uma questão cultural, uma questão educacional... E nessa situação, tanto o machismo quanto o preconceito, ele tem um ambiente favorável. Então, a educação, a cultura assumem um papel muito relevante no *empoderamento* da mulher. E o nosso papel, o papel de quem ultrapassou essas barreiras, é justamente o papel da conscientização, né? Porque, às vezes, a mulher não percebe que é explorada. A mulher, por exemplo, que é vítima de violência doméstica, porque às vezes ela perdura numa situação de violência? Não é porque ela quer, mas em razão de uma série de circunstâncias, inclusive questão de educação e cultura. Então, o *empoderamento* se coloca como um fator primordial.

Prof. Micheline: E essa reforma trabalhista em relação às mulheres. Infelizmente, o nosso acesso é mais difícil na educação, nós ganhamos menos do que os homens, em função do preconceito e morremos muito no país por sermos mulheres. O Brasil é o 5º país do mundo que mais mata mulheres em relação aos crimes de violência doméstica. Nesse sentido, qual é o impacto da reforma trabalhista para essas mulheres?

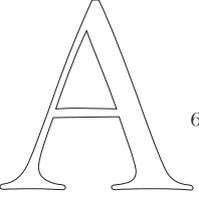


Ministra: Na verdade, essa reforma é bastante ampla. Ela abrange mais de 100 disposições da consolidação das leis do trabalho, mas eu vou resumir a minha posição em relação à mulher. Como a reforma cria vários contratos precarizantes, por exemplo, a terceirização, o contrato temporário, o trabalho autônomo é sem precedentes, o contrato intermitente, entre outros. Sobre o contrato intermitente nós temos no Brasil um exemplo: há dois anos, o Ministério Público do Trabalho ingressou com uma ação civil pública no estado de Pernambuco contra o MC Donald's, que já contratava assim. Contratava aqueles moços, aquelas moças, bem bonitinhos, primeiro emprego, essa coisa toda e colocava para aguardar ser chamado, no horário que tivesse um pico de serviço, pagava por aquilo. Então, são vários tipos de contratos precarizantes, a maioria deles para negociar individual. Negociação individual sem garantia de emprego não existe. Como é que você vai discordar de reduzir o seu horário de almoço de duas horas para uma hora e meia? Nem que você tenha que buscar seu filho na escola, você não vai discordar porque você precisa de dinheiro para sustentar seus filhos. Você vai dizer sim. Então, essa reforma precisaria ter vindo com a retificação da Convenção 158 de proibição da despedida arbitrária ou então com a regulamentação do inciso 1 do artigo sétimo da Constituição, para dar garantia de emprego ao trabalhador e permitir que o empregador possa conversar em pé de igualdade. Então, como cria várias formas de contratos precarizantes, e temos exemplos nos EUA, México, Espanha, onde as empresas dispensam e contratam de forma precarizada. Isso vai atingir muito as mulheres, porque a mulher é a principal vítima de todas as chagas sociais, ela é a principal vítima da terceirização, tráfico de pessoas, trabalho escravo, etc. Todas essas chagas atingem em cheio a mulher. Passando a reforma trabalhista que aí está, a mulher vai ser a mais prejudicada.

Prof. Carlos: Ministra, a senhora disse que a proposta de reforma trabalhista é negativa. Então, se é ruim para as mulheres, é para o restante da sociedade?

Ministra: É muito negativa. E aí eu acrescento, se você me perguntar se eu acho que a lei não precisa mudar, nem a justiça do trabalho não precisa de aperfeiçoamento, nem as regras de trabalho precisam de alteração... Eu diria que sim. As partes aguardam anos a fio pelo desfecho de um processo, isso na média geral. A Justiça do Trabalho tem pontos que podem ser objetos de um aperfeiçoamento ou mesmo uma alteração, e a legislação trabalhista também, porque as relações trabalhistas são muito dinâmicas. Hoje a gente tem teletrabalho, tem várias outras formas de trabalho, mas não essa. Por uma série de razões, eu sou contra toda a reforma. Primeiro que nós estamos em um momento de vulnerabilidade das instituições, do governo. Esse governo tem mais de 90% de reprovação, as duas reformas têm mais de 70% de reprovação na sociedade e os parlamentares que estão votando, a maioria deles estão sob investigação. Então, é um momento em que até o Poder Judiciário está sendo criticado... É um momento em que todas as instituições estão sendo colocadas em cheque. Então, do ponto de vista de uma democracia, que conquistamos e com a graça de Deus, e espero nunca perder essa condição de viver em um Estado democrático, este não é o momento de fazer uma reforma. E essa reforma também está sendo feita de uma forma corrida, a toque de caixa, sem debate. O Ministério Público do Trabalho fez uma denúncia para a Organização Internacional do Trabalho e essa denúncia é nesse sentido, é no sentido de que não está havendo... Porque tem uma convenção (144) da Organização Internacional do Trabalho, que estabelece que as modificações no mundo do trabalho precisam passar por um amplo debate. Nós temos o código comercial que ficou anos em debate, o Código civil de 2002, ficou anos em debate, o CPC ficou pelo menos 5 anos em debate. Por que vamos acabar com a CLT em meses?

Prof. Guerini: Não só a CLT, nós temos aí a reforma da Previdência que é o mais grave, porque eu digo que é um dismantelamento do sistema de seguridade social no Brasil. Na



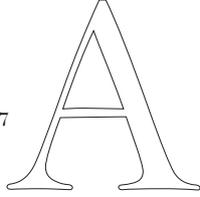
medida em que vai atacar mulheres, agricultores... E a reforma da Previdência segue o mesmo princípio da Reforma Trabalhista, porque estamos hoje em um processo de envelhecimento da população, com um baixo nível de empregabilidade dos jovens, a taxa de desemprego dos jovens hoje chega a quase 30%, uma altíssima informalidade. E nós temos duas propostas sendo tocadas de uma maneira rápida e não existe nenhum impedimento das principais lideranças do governo, do congresso nacional, e o presidente da câmara Rodrigo Maia (DEM) e o próprio presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, já admitem que estão fazendo uma reforma pró-mercado, por exigência do Mercado. Isso significa que a mesa de negociação foi fechada. E há uma tentativa de manter esse governo a partir desse mecanismo de reformas liberalizantes que flexibilizam não só o mundo do trabalho, mas também da previdência. E no caso da previdência social, temos que pensar, pois ela já tem uma característica de ser uma política social distributiva nos lugares onde há um nível de desenvolvimento muito baixo. Existem casos, em pequenas cidades do interior, que os salários dos aposentados e pensionistas são responsáveis por 80% da economia desses municípios.

Prof. Carlos: Ministra, Como a senhora avalia a exposição do poder Judiciário hoje? Por exemplo, o Supremo Tribunal Federal nunca esteve tão em voga, o próprio juiz Sérgio Moro, da vara Federal de Curitiba. É importante essa participação? O juiz deve aparecer ou ficar mais contido?

Ministra: Eu defendo que deve aparecer. Eu sou representante do 5º Constitucional no TST, ou seja, representante da sociedade. E considero que o Tribunal precisa se aproximar mais da sociedade, precisa participar, não na hora em que vai julgar, não em relação ao processo que ele está julgando, mas no que se refere à cidadania e democracia. Quando você pega o primeiro relatório, o relatório da reforma trabalhista do deputado Rogério Marinho, a gente vê no relatório, no texto, a reclamação do distanciamento do Judiciário com a sociedade, porque aí vem toda uma avalanche de coisas em que os empregadores, durante muito tempo, guardaram para eles, às vezes porque não tinham um interlocutor. E hoje tudo isso vem da pior forma, para acabar, “bom, já que não podemos deter a justiça do trabalho, então vamos acabar com ela”.

Prof. Micheline: É, um grande problema que a gente vê, que a gente percebe isso dentro da própria sala de aula... Nós somos professores do Curso de Direito, os próprios alunos do Curso de Direito, acadêmicos e acadêmicas, os formadores, educadores e educadoras, doutrinadores, eles acabam também legitimando esse distanciamento. E isso é muito complicado. A gente que vem de uma área que tenta fazer uma reflexão um pouco maior, por exemplo, a desconstrução do “juridiquês”, que é algo que faz com que as pessoas se distanciem... Como a gente pode fazer com que essa justiça seja mais fluida, já que hoje a gente vive um processo de judicialização da sociedade.

Ministra: Eu estou aqui dentro de uma universidade e eu defendo que nós precisamos de pesquisas para descobrir as causas da alta judicialização, porque a judicialização no Brasil é muito alta. Nós temos dados do CNJ de 2015 e relatórios de 2016: a justiça comum tem 59 milhões de processos, a Justiça Federal tem 12 milhões, a Justiça do Trabalho tem 8 milhões. Então, esse não é um problema da Justiça do Trabalho. Mecanismo de conciliação (arbitragem eu não defendo no processo trabalhistas), mas através da valorização de entidades sindicais. Nós temos que descobrir primeiro as causas e ir pelas causas. Na interlocução do Judiciário com a sociedade e também com o Legislativo e com o Executivo, nós estamos precisando de uma aproximação maior. O que está havendo é um antagonismo, o Judiciário, o Executivo, o Legislativo... Quem perde é o povo.



Prof. Carlos: Ministra, em relação a essa crise institucional muito forte que a senhora falou: em todas as áreas do Executivo tem crise, no Judiciário tem crise, o Legislativo nem se fala. Pra onde a gente vai no curto prazo, qual é a sua visão, tem alguma esperança para o povo brasileiro?

Ministra: Aí é uma questão de política... Eu falo como cidadã. Eleição direta, eleição direta. Seria a melhor alternativa neste momento. Para o povo eleger e passar a governar, um governo legítimo. Eu não defendo a constituinte exclusiva, não. Neste momento tem uma legislatura muito conservadora, e eu falo conservadora nem do ponto de vista político, mas há uma onda de retrocesso. E se convocar uma constituinte agora, a gente pode perder as conquistas da constituição cidadã de 1988. Então, acho que uma reforma da constituição só poderia ocorrer se fosse para reforçar a cidadania e a democracia.